

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Rio Branco

Class.: 02

Data: 15 de Março de 1986

Pg.: \_\_\_\_\_

# Banco Mundial financia devastação?

"O projeto de preservação do meio ambiente e comunidades indígenas (PMACI), exigido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, agora, também, pelo Banco Mundial para liberar recursos para a pavimentação da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco, volta à cena e, de novo, de forma obscura e quase que secreta", declara nota conjunta de várias entidades.

Novamente o grupo de trabalho do Planacre, que tenta conduzir os trabalhos no Acre, elaborou uma programação para uma visita de uma missão do Banco Mundial que deixa de fora os principais interessados nas questões de meio ambiente a serem discutidas: os seringueiros e trabalhadores rurais.

Segundo um convite restrito que o GT-PLANACRE distribuiu, a missão do BIRD/PMACI no Acre chegou ontem e fica até o dia 17 de março. O mesmo documento coloca que participarão dos debates a serem levados a cabo BIRD, PMACI, IFLAN-IPEA-SEPLAN, GT-Planacre, Funai, Comissão pró-Índio, União das Nações Indígenas, Conselho Indigenista missionário, Coordenadoria Indígena da Fundação Cultural, Sudhevea, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Incra, IBDF, Universidade Federal do Acre, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, Embrapa e Inpa. Como se pode ver, não se cogitou em nenhum momento a participação dos trabalhadores rurais, quer os seringueiros, quer os colonos dos PAD's ou os ribeirinhos.

Na questão indígena, a participação dos índios, pelo menos no papel, está prevista. No que tange ao meio ambiente, não se pensa na participação dos que serão imediatamente atingidos por quaisquer medidas a serem adotadas: os seringueiros e índios. Só os órgãos oficiais terão oportunidade de fazerem suas colocações. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a CONTAG, a CUT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a CPT e mesmo associações profissionais como a dos agrônomos, dos técnicos agrícolas, dos geógrafos não foram convida-

das a participar. Vaise discutir meio ambiente, de novo, em salões com ar condicionado, desligados da realidade ou presos, somente, aos posicionamentos dos órgãos oficiais, muitos deles questionáveis do ponto de vista do compromisso com os interesses populares.

A missão BIRD/PMACI vem ao Acre para discutir a questão indígena e do meio ambiente quando projetos já estão prontos, elaborados em gabinetes fechados, por tecnocratas, sem qualquer participação dos principais interessados e primeiros atingidos: os índios, os seringueiros, os colonos e ribeirinhos.

O que se pretende fazer no sentido de realmente garantir a preservação das comunidades indígenas e do meio ambiente? Planos? Projetos? Quais são as ações práticas? Qual a participação dos principais atingidos? Como pretendem os burocratas elaborarem planos executáveis estando fora da realidade e sem a participação dos que a conhecem profundamente? Não serão esses planos e projetos mais o cumprimento de uma exigência burocrática apenas? Se não, por que são elaborados de forma secreta por alguns grupos de "iluminados"?

Estes questionamentos são importantes e oportunos para que a própria missão do BIRD/PMACI avalie qual é, realmente, sua função aqui: discutir o PMACI ou apenas cumprir um compromisso burocrático? Se for apenas cumprir um compromisso burocrático, para depois dizer que esteve no Acre e "discutiu" a realidade, a programação divulgada restritamente está perfeita. Se, pelo contrário, tiver, realmente interesse em discutir a realidade, deve exigir dos organizadores da reunião (GT-Planacre) a participação dos trabalhadores rurais (colonos, seringueiros, ribeirinhos), que têm propostas concretas encaminhadas sobre a melhor forma de ocupação da Amazônia, através de suas entidades e daquelas que os apóiam.

Se a missão BIRD/PMACI não exigir a participação dessas entidades, cabe, desde já, questionar sua seriedade e o real interesse em discutir a questão do meio ambiente e das Comunidades Indígenas.

Cabe aqui denunciar essa forma "secreta" de agir dos responsáveis pelo PMACI e do próprio GT-Planacre. Os planos estarão atendendo apenas às exigências tecno-burocráticas do Banco Mundial, sem, na prática, garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente, e, assim, esse Banco continuará, como já fez em Rondônia, a financiar a devastação e a destruição da floresta amazônica.

As entidades que subscrevem o presente documento sentem-se no dever de denunciar as atitudes antidemocráticas dos que conduzem o GT-Planacre e o PMACI, que não consideram os interesses dos principais atingidos por seus planos fechados e tecnocráticos.

As reuniões preparatórias, os trabalhos, são, quando são, divulgados de última hora, sem tempo para serem discutidos antes. Tudo isto tem de ser denunciado e com urgência. Deve-se parar com esta forma de conduzir os trabalhos. Basta de planos secretos e fechados!

Pela participação popular nos planos e projetos de desenvolvimento para o Acre!

Assinam a nota a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Plácido de Castro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Central Única dos Trabalhadores — CUT, Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA, Comissão Pastoral da Terra — CPT, Centro de Defesa dos Direitos Humanos — CDDH, Conselho Indigenista Missionário — CIMI, Pastoral da Juventude, Associação dos Engenheiros-Agrônomos do Estado do Acre — AEAEAC, Associação dos Técnicos Agrícolas do Acre — ASTECA e Partido dos Trabalhadores — PT.